

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16311 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 20 - Sociologia da Educação

As formas de participação das crianças nas aulas de Educação Física em uma escola do primeiro ciclo de Portugal

Jairo Roberto Paim Ferreira - UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

## **AS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM UMA ESCOLA DO PRIMEIRO CICLO DE PORTUGAL**

**RESUMO:** Esta pesquisa objetivou fazer uma análise dos desdobramentos das diferentes formas de participação de crianças nas aulas de Educação Física (EdF) de uma escola portuguesa e problematizar a possibilidade de uma relação pedagógica contemplada por mecanismos de interlocução-ação entre si. Utilizou-se como método a objetivação participante partindo-se da seguinte problemática de pesquisa: como refletir e discutir com as crianças sobre a construção de regras ou prováveis impasses gerados por elas, ou vestígios de diversos tipos de preconceito, ou sentimentos de exclusão e demais (micro)violências a serem demarcadas em meio às práticas? Nesse transcurso colaborativo, as aulas puderam ser contrastadas entre momentos diretivos e aqueles cuja dialética de poder motivada permitira (des)regular as opções “votadas” pelas crianças. Por tais processos de mediação alternada entre professor e pesquisador, algumas propostas puderam transmutar aos patamares da parceria e do protagonismo – já que a participação foi instigada por práticas pedagógicas em que a fruição das suas vozes pudera ser percebida a partir da dialética de poder (motivada/comprometida) nas rodas de conversa intensificadas por suas próprias análises dos vídeos feitos de suas atorias e autorias.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Física. Participação. Práticas corporais. Crianças. Arbitrário cultural.

Ao mergulhar no campo de uma escola pública portuguesa, para ousar perpassar a linha das mediações “tradicionalmente” verticalizadas nas aulas (Neira, 2008) e apresentar propostas de práticas corporais atinentes a outros patamares de participação (ativa) pelas crianças do quarto ano - foi que iniciei a construção deste objeto de pesquisa. De fato, as lógicas organizacionais estabelecidas por seu currículo terceirizado nos moldes da governança neoliberal (Antunes; Peroni, 2017) sinalizara condições desafiadoras a serem mapeadas a partir daqueles jogos e brincadeiras diretamente ordenados nos tempos dos encontros com seus estudantes.

Nesse contexto, deparei-me com a realidade das Atividades de Enriquecimento Curricular (AECs), cuja Educação Física (EdF) estrutura-se em (apenas) uma aula semanal de 60 minutos, ao que se incluem também música, expressão, moral e jogos de tabuleiro. Além do que, para as crianças dos terceiros e quartos anos “assumem” caráter não obrigatório e de

permuta ordenada entre quatro dias da semana, ao final da carga horária formal de cada dia e logo após o recreio de 45 minutos.

Ao adentrar no cenário das aulas, caracterizado pelo nível de inquietação de boa parte das crianças de uma turma com nove meninas e nove meninos de nove anos, percebi que estaria diante de uma concreta limitação sobre a ordenação e a regularidade dos tempos necessários; tanto para com a efetividade dos respectivos procedimentos metodológicos de um projeto de pesquisa-ação, quanto para a objetividade a ser assinalada em termos de “mudança” na prática preconizada por alguns de seus autores (Thiollent, 1986; Morin, 2004; Tripp, 2005). Que tempo eu teria para convidá-las a refletir e discutir sobre a construção de regras ou prováveis impasses gerados por elas, ou vestígios de diversos tipos de preconceito, ou sentimentos de exclusão e demais (micro)violências a serem demarcadas em meio às práticas?

Ademais, Neira e Nunes (2009) alertam que o problema incide na adequação utilitarista do conhecimento apressadamente multicultural, que não irá alterar as relações de produção, exploração e contradições do sistema social vigente. Além de se reproduzirem via neotecnologias educacionais sociometabolizadas (Mészáros, 2002), enquanto processos pedagogicamente operados nesses sistemas coletivos, tendem a ser reproduzidos a partir de deslocamentos ideológicos (ir)refletidos por seus agentes.

A partir dos elementos de contexto sinalizados, o objetivo desse texto é contribuir para uma análise dos desdobramentos das diferentes formas de participação (ativa) e problematizar a possibilidade de uma relação pedagógica contemplada por mecanismos de interlocução-ação entre seus atores e os dilemas e as apreciações implicadas à experiência com as crianças envolvidas.

Para tal, buscamos alguns referenciais que tem como base um projeto político de atuação intercultural/crítico (Neira; Nunes, 2009) mediado no âmbito das aulas de EdF. Assim, o reconhecimento do entorno, a descolonização curricular e a promoção da própria justiça curricular constituem a tríade emergente ante os supostos projetos conservador e/ou assimilacionista dominantes, os quais apenas mantêm as diferenças sociais. Sobre a participação, Fernandes (2005) apresenta os patamares da mobilização, da parceria e do protagonismo, os quais são definidos de acordo com o grau de implicação da criança envolvida no processo da investigação. Nesta mesma esteira, Pereira (2017) constata que um movimento massivo de reeducação democrática para com a participação ativa das crianças precisa ser conjuntamente mediado/alargado com seus responsáveis, sob pena de aniquilar seus efeitos concretos observados nas suas práticas cotidianas. Sujeitos estes (pais e professores), cientes de seus próprios “ofícios do adulto” que interagem por meio do “exercício contínuo de um poder normativo” (Sarmiento, 2011, p. 584) sobre o próprio “ofício da criança”.

Metodologicamente, tomei por base o meu (re)encontro com uma “objetivação”

participante (Bourdieu, 2003). De fato, por considerá-la enquanto método que perpassa a “experiência vivida” do próprio sujeito do conhecimento, para dar centralidade às condições sociais de possibilidade, seus efeitos e limites na experiência. Ou ainda, por contar com alguns fatores pontuais a partir da própria estrangeiridade atenta ao devir (heurístico) de se tornar exótico (Valle, 2019) em um contexto ao mesmo tempo familiar de um professor brasileiro pesquisando no além mar. Ao que, de uma rotina de três aulas de EdF semanais, no Brasil, para a (des)rotinização de uma aula semanal ao final do dia, cujas crianças se inscreviam para fazê-las ou não – poderiam ser atribuídos certos valores em relação ao currículo formal, já que a EdF era opcional.

Depois de perpassar os trâmites legais para com a escola selecionada e firmar acordo com o professor de EdF da turma, iniciou-se a mediação alternada entre dois momentos de 30 minutos, nos quais o mediador principal seria auxiliado pelo secundário nos primeiros encontros com as crianças, em princípio. Nesse transcurso colaborativo, as aulas puderam ser contrastadas entre momentos diretivos (previamente estruturados com regras bem definidas por ele e sem a interferência das crianças nas organizações das propostas) e momentos (meus) cuja dialética de poder motivada permitira (des)regular as outras opções “votadas” pelo coletivo delas. Assim, outras regras criadas e outras problematizações às questões de gênero, habilidades, sentimentos de exclusão - atentavam para as (re)capturas das manifestações das diferentes linguagens/silêncios (corporais, gestuais, orais, faciais) nos entrelugares das práticas de correr, fugir, disputar espaços com ou sem a bola, deslocar-se etc.

Para ultrapassar os limites de tempo e espaço da grade curricular, foi negociada a concessão das AECs de Expressão (artística) e Moral junto aos seus próprios professores - para que pudessem ser organizadas as rodas de conversa e as entrevistas narrativas com as crianças em dias alternados dessas duas outras aulas. Por fim, a materialidade empírica fora contemplada durante cinco meses do ano letivo, totalizando dezesseis aulas de EdF e seis rodas de conversa organizadas a partir da ampliação/aproveitamento das aulas que seriam das outras AECs.

Para analisar e discutir resultados, por entre os progressivos acordos das mediações socializadas com o professor de EdF, a adoção do arbitrário (inter)cultural de interlocução-ação foi instigada ao pé das minúcias oportunamente percebidas em seus desdobramentos à presença das vozes das crianças compartilhadas sobre as próprias práticas da (re)organização da cultura corporal e lúdica delas. Aos presumíveis estados de turbilhonamento acionados pela dialética de controle motivada entre as mesmas, muitas vezes, a lógica da prática de falas e escutas empreendida tivera de ser restringida pela prática da lógica das pausas de intervenção (meio) para reorientá-las aos estados pró-fóruns (fins) despontados.

Firmado pelo rigor metodológico cujo exercício de escuta atenta às vozes das crianças é que confere legitimidade, a partir do interior destes diferenciais das interações com elas, também estivera ancorado à noção de uma necessária distinção sobre “algumas ambiguidades entre discursos apologistas da relevância das interações horizontais criança-adulto, com

reconhecimento da agência das crianças e, por outro lado, descrições de práticas em que a ação está concentrada no adulto, mantendo-se a criança como simples respondente” (Leal da Costa; Sarmiento, 2018, p.17-18).

Entre os mecanismos de interlocução-ação, também trabalhados pelo monitoramento sobre as (re)capturas do estado conservador/heteronormatividade de alguns meninos – manifestados na organização sexista dos jogos de correr, com bola, com corda e outros –, estas disposições do *habitus* da hierarquia de gênero daqueles meninos, geralmente, levava-os a tentar se sobrepor às meninas. Ao que puderam, por sua função prática, eleger-se imediatas micro pautas sobre as próprias relações intersubjetivamente problematizadas a partir de alguns enunciados sugestivos tal como: “— Ora, que vocês sabem jogar, eu também sei muito bem! Agora, eu gostaria de saber se conseguem jogar de outro jeito, com outras regras, inclusive criando umas novas, quem sabe para ajudar a descobrirem novos jeitos de jogar e também de se viver... percebem? Então, que tal misturar?!” (nota de campo).

Obviamente, esse tipo de discurso formal não se reduz a si mesmo na efetividade a que se propõe, se não houver uma antecipação de certas hibridizações com as alternâncias sobre aquilo que o adulto sabe que sabe, ou também, nem precisa saber tanto. Ou ainda, quando interage, faz palhaçadas para descontrair os demais, fantasia histórias, brinca junto, ri, ri tanto quanto as crianças riem (não precisando se infantilizar nos próprios papéis que assume), “porque muito mais próximo da criança que o pedagogo bem-intencionado, estão o artista, o colecionador e o mago” (Benjamin, 1984, p.14).

Ao resgatar uma das possibilidades de estabelecer uma relação pedagógica que favorecesse esses mecanismos de interlocução-ação, provavelmente a prática dos confrontos corpo-a-corpo organizados sobre os colchões tivera sido um dos pontos culminantes da participação neste estudo. Sobretudo, por poder romper com as (im)possibilidades da negação do corpo em meio aos (seus) contextos de criação e reinvenção nas aulas de Educação Física.

Da análise dos resultados, constatei coocorrências de manifestações singulares, cujas diferentes linguagens despontaram sobre o *arbitrário (inter)cultural de interlocução-ação* mediado. Ao que considerei que, na estratégica problematização do “como fazer” (des)organizado no interior das práticas corporais (que são sociais), os vestígios de preconceitos sinalizados entre relações de gênero, performance motora e demais códigos excludentes acabavam contornando debates sobre “por que fazer” de outras formas.

A ativação destes estados *pró-fóruns* pôde ser refinada entre limites e possibilidades mapeadas pelas diferentes formas de participação. A primeira/mobilização foi descodificada pelo viés tokenista da participação nas sociodinâmicas diretivas dos diversos jogos enformados pelo arbitrário cultural de imposição e inculcação. Sem descartar a importância regrada dos mesmos, algumas propostas puderam ser transmutadas aos patamares da parceria e do protagonismo – já que a participação foi instigada por práticas pedagógicas cuja fruição das vozes das crianças pudera ser percebida pela dialética de poder (motivada/comprometida)

nos exercícios de reflexão dos vídeos sobre atorias e autorias nas aulas. Da hibridização de conteúdos (im)previsíveis, o apreender das especificidades do objeto construído pôde “suspirar” nestes lugares redimensionados pelo exercício da cidadania engajada na coexistência das diferentes manifestações.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, F.; PERONI, V. Reformas do Estado e políticas públicas: trajetórias de democratização e privatização em educação. Brasil e Portugal, um diálogo entre pesquisas. **Revista Portuguesa de Educação**, [S. l.], v. 30, n. 1, p. 181–216, 2017. DOI: 10.21814/rpe.7399.

BENJAMIN, W. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: Sumus, 1984.

BOURDIEU, P. Participant objectivation. **J. Roy. anthrop. Inst.** (N.S.), n. 9, p. 281-294, 2003. DOI: [10.1111/1467-9655.00150](https://doi.org/10.1111/1467-9655.00150).

FERNANDES, N. (2005). **Infância e direitos: participação das crianças nos contextos de vida: representações, práticas e poderes**. Tese de Doutorado. Sociologia da Infância. Instituto de Educação da Universidade do Minho.

LEAL DA COSTA, C.; SARMENTO, T. Escutar as crianças nos anos iniciais e afirmar a nossa identidade profissional. **Revista Educação em Análise**, v. 3, n. 2, 2018.

MORIN, A. **Pesquisa-ação integral e sistêmica: uma antropopedagogia renovada**. Rio de Janeiro: DP & A, 2004.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

NEIRA, M. G. **O currículo da educação física frente à diversidade cultural: um estudo de caso**. In: Reunião Anual da ANPED, 31. Constituição brasileira, direitos humanos e educação: resumo. [Rio de Janeiro]: ANPED, 2008.

NEIRA, M. G.; NUNES, M. L. F. **Educação física, currículo e cultura**. São Paulo: Phorte, 2009.

PEREIRA, M. J. P. **Participação das Crianças em Territórios de Exclusão Social: Possibilidades e Constrangimentos de uma Cidadania Infantil Ativa**. Tese de Doutorado em Estudos da Criança Especialidade Sociologia da Infância. Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal, 2017.

SARMENTO, M. J. A escola como campo de pesquisa – balanços: o estudo de caso etnográfico em educação In: N. Zago, M. Pinto de Carvalho & Vilela, R. A. T. (Orgs.) **Itinerários de Pesquisa - perspectivas qualitativas em sociologia da educação**, p. 137-179. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. Recuperado de: <http://hdl.handle.net/1822/36757>

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. Cortez: Autores associados, 1986.

TRIPP, D. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. Educação e pesquisa. São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, 2005.

VALLE, I. R. (2019). Contributos de maio de 68 à sociologia de Pierre Bourdieu. In Watanabe, G.; Leal, S. H. B. de S. **Educação, Ciências e Sociedade**: leituras bourdieusianas. Araraquara: Letraria. ISBN: 978-85-69395-58-4, p. 18-41.